



Sistemas de Aferição da Liberdade de Expressão: os casos do Freedom House e Repórteres Sem Fronteiras

Leonel David Jesus Camasão¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: As organizações internacionais *Freedom House*, dos Estados Unidos, e *Repórteres Sem Fronteiras*, da França, publicam anualmente relatórios sobre a liberdade de imprensa mundial. Mas afinal de contas, há consenso em torno de um conceito de Liberdade de Imprensa? Para chegar ao seu ranking, as duas instituições utilizam metodologias diferenciadas, que são analisadas neste trabalho. A partir da análise, especulamos quais categorias analíticas podem ser utilizadas para aferir a liberdade de imprensa e como elas podem, ou não, ajudar a pensar critérios semelhantes para discutir a independência editorial.

Palavras-chave: Liberdade de Imprensa; Independência Editorial; Mídia Independente, Freedom House; Repórteres Sem Fronteiras.

1. Introdução

Nenhum tema parece ser mais caro aos jornalística do que a ideia de liberdade de expressão. Pressuposto dos mais diversos códigos deontológicos, de constituições nacionais e ainda presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, esta é uma ideia que, nos primórdios do jornalismo, ganhou outra nomenclatura: liberdade de im-

¹ Mestrando em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. É formado em Comunicação Social/Jornalismo pela Associação Educacional Luterana Bom Jesus/Ielusc. Pesquisa temas relacionados a financiamento do jornalismo e independência editorial.

prensa. Originalmente, conceito vinculado à liberdade de comercializar material impresso sem a necessidade de autorização do Estado (a *censura*). O surgimento da impressão gráfica e sua difusão na Europa, entre os séculos XV e XVII, serviram como ferramenta política para diversos movimentos que contestavam as ideias dominantes na época, desde a reforma de Lutero e até mesmo para a transição entre a sociedade feudal para a sociedade capitalista. (BRIGGS, 2004; DARTON, 1996). É a partir desse novo modo de produção que o jornalismo emerge enquanto fenômeno social, e é sob a hegemonia desta nova classe dirigente que seu ideário é formado (GENRO FILHO, 1987, p. 144 e IJUIM, 2014, pg. 12). Por essa origem, vários autores simplesmente condenam o jornalismo como “instrumento de dominação e manipulação”. “O problema é que essa tese, correta em seu sentido geral, vale tanto para o jornalismo como para o telégrafo, o automóvel, a televisão, a estrada de ferro, etc.” (GENRO FILHO, 1987, p.169).

De seu surgimento até o final do século XX, o jornalismo passou a ser, via de regra, um departamento dentro de imensos conglomerados midiáticos, que agora, não vendiam apenas notícias, mas também entretenimento, nos mais diferentes suportes (rádio, TV, revistas, jornais, internet). Até então, o lugar de *realização do jornalismo* era a empresa capitalista tradicional, e seus operadores, os jornalistas profissionais. Tudo isso começa a mudar com a massificação da internet, causadora de profundas mudanças no *ecossistema de notícias* (PICARD, 2014) e na maneira como as pessoas passam a se comunicar, consumir e compartilhar não só as notícias, mas também, toda e qualquer forma de produção midiática.

Apesar da relação imprensa-Estado ser ainda determinante ao pensarmos a ideia de Liberdade de Imprensa e de independência editorial, outros elementos devem ser considerados. As mudanças na tecnologia de comunicações e os efeitos prolongados da crise econômica mundial trazem, segundo Picard, enormes desafios para a imprensa enquanto negócio. A forma “fordista” como estas empresas estavam organizadas e a dependência quase exclusiva das verbas publicitárias para financiar a atividade foram responsáveis por taxas de lucro acima da média no passado. Se nos primórdios, a liberdade de imprensa era um problema exclusivo da relação Imprensa-Estado, hoje é um tema mais complexo, que deve levar em consideração as pressões políticas, econômicas e as condições sob as quais o exercício do jornalismo se desenvolve. No caso brasileiro,

(o “*País dos 30 Berlusconi*”) essa relação parece ter uma qualidade diferenciada em relação aos demais países, tendo em vista aspectos próprios da formação dos nossos sistemas midiáticos (LOCATELLI, 2001).

Mas afinal de contas, há consenso em torno de um conceito de Liberdade de Imprensa? Seria esta uma categoria teórica sob a qual podemos debater?

Para Bucci, a liberdade de imprensa materializa-se no *grau de independência* das organizações jornalísticas e de seus jornalistas em relação aos interesses organizados, sejam eles do Estado ou de agentes privados (religiões, partidos, igrejas, ONGs, etc). O autor defende “critérios de verificação de independência” e a formulação de “indicadores de autonomia” para os veículos de comunicação, uma vez que “a independência formal e material fornece os pré-requisitos para que a liberdade, em suas diversas dimensões (até mesmo filosóficas), seja cultivada e radicalizada, sempre” (BUCCI, 2009, pgs. 13-14). Mesmo não aprofundando essa formulação, Bucci enumera dois elementos fundamentais para pensar esses indicadores: o financiamento (“Quem paga as contas da publicação? Quem paga os jornalistas?”) e a relação entre o departamento jornalístico e o público (“A quem presta contas a redação?”). A partir destas ideias iniciais, analisaremos abaixo dois estudos sobre liberdade de imprensa no mundo.

2. Mensurando a liberdade de imprensa

Duas instituições reconhecidas internacionalmente produzem trabalhos anuais sobre a liberdade de imprensa no mundo, fornecendo algo similar ao proposto por Bucci sobre “indicadores de autonomia”. As organizações *Freedom House* e *Repórteres Sem Fronteiras* produzem relatórios distintos, a partir de indicadores de liberdade por país/território, com o objetivo de fornecer material para que organismos internacionais pressionem governos e instituições a conviverem com uma imprensa livre. Apesar de liberdade de imprensa e independência editorial não serem as mesmas coisas, Bucci as define como conceitos inter-relacionados. Neste sentido, os mecanismos já desenvolvidos para mensurar a liberdade de imprensa podem nos ajudar a especular sobre indicadores de independência editorial?

A *Freedom House* se define como “uma organização de vigilância independente dedicada à expansão da liberdade e da democracia em todo o mundo”. Fundada em 1941, nos Estados Unidos, a instituição apoia ativistas de direitos humanos em escala global e produz relatórios anuais sobre liberdade de imprensa, liberdade na internet, entre outros.

We recognize that freedom is possible only in democratic political environments where governments are accountable to their own people; the rule of law prevails; and freedoms of expression, association, and belief, as well as respect for the rights of minorities and women, are guaranteed. More than 2.5 billion people live in countries that Freedom House designates “Not Free,” more than a third of the globe’s population.² (FREEDOM HOUSE, 2016).

Já a *Repórteres Sem Fronteiras* afirma ser “uma das principais ONGs do mundo na defesa e promoção da liberdade de informação”. Foi fundada por quatro jornalistas franceses em 1985, em Montpellier. Ficou conhecida pelo público em escala mundial após realizar protestos durante os Jogos Olímpicos de Pequim, na China, em 2008, além de promover iniciativas como rádios livres, centros de mídia e treinamento para jornalistas em diversos países.

Freedom of expression and of information will always be the world’s most important freedom. If journalists were not free to report the facts, denounce abuses and alert the public, how would we resist the problem of children-soldiers, defend women’s rights, or preserve our environment? In some countries, torturers stop their atrocious deeds as soon as they are mentioned in the media. In others, corrupt politicians abandon their illegal habits when investigative journalists publish compromising details about their activities. Still elsewhere, massacres are prevented when the international media focuses its attention and cameras on events.³ (RSF, 2016, pg.1).

As duas organizações publicam, anualmente, relatórios de liberdade de imprensa no mundo, com diferenças metodológicas consideráveis. Segundo o *Freedom of The*

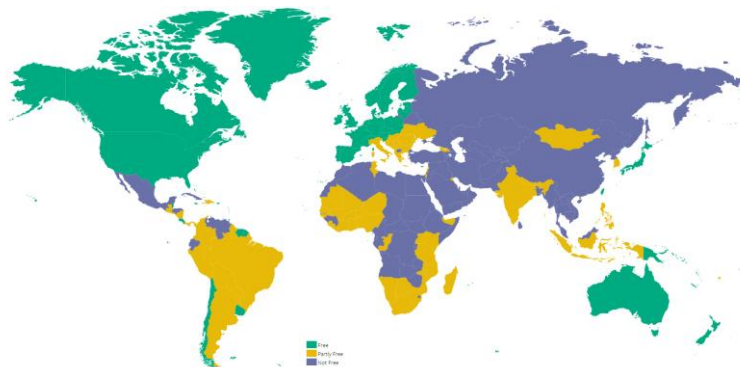
² Tradução Livre: Nós reconhecemos que a liberdade só é possível em ambientes políticos democráticos onde os governos são responsáveis perante seu próprio povo; o Estado de Direito prevalece; e liberdades de expressão, de associação e de crença, bem como o respeito pelos direitos das minorias e das mulheres, são garantidos. Mais de 2,5 bilhões de pessoas vivem em países que a *Freedom House* designa “não livres”, mais de um terço da população do globo.

³ Tradução livre: Liberdade de expressão e de informação será sempre a liberdade mais importante do mundo. Se os jornalistas não fossem livres para relatar os fatos, denunciar abusos e alertar o público, como poderíamos resistir ao problema das crianças-soldado, defender os direitos das mulheres, ou preservar o nosso meio ambiente? Em alguns países, torturadores pararam seus atos atrozes, logo que eles são mencionados na mídia. Em outros, os políticos corruptos abandonam os seus hábitos ilegais quando os jornalistas investigativos publicam detalhes que comprometem suas atividades.

Press 2016, relatório da *Freedom House*, a liberdade de imprensa chegou a seu patamar mais baixo no mundo nos últimos 12 anos. O documento afirma que apenas 13 por cento da população mundial convive com uma “imprensa livre”, entendendo o termo como os locais onde a cobertura de notícias sobre a política é “robusta”, a segurança dos profissionais de jornalismo é garantida, onde o Estado tem intromissão mínima nos assuntos midiáticos e as pressões econômicas contra veículos e jornalistas são nulas ou insignificantes. Outros 41% da população mundial estariam em países onde a imprensa é “parcialmente livre” (incluindo, aí, o Brasil). Praticamente metade do mundo (46%) estaria ainda subjugada a nações sem uma imprensa livre.

Por sua vez, o *2016 World Press Freedom Index*, do *Repórteres sem Fronteiras*, também aponta um cenário de declínio em escala global e regional. Assim como no relatório da *Freedom House*, a RSF utiliza uma escala de zero (melhor) a 100 (pior). Segundo o relatório, a soma da pontuação de todos os países aumentou quase 4% desde 2013, passando de 3.719 para 3.857, uma queda “profunda e perturbadora”. Diferentemente da FH, aqui são utilizados cinco níveis de classificação, e não três. São eles: “bom”, “satisfatório”, “problemático”, “ruim” e “muito ruim”. Numa primeira observação dos mapas de liberdade de imprensa, produzido pelas duas organizações, é perceptível uma similaridade das classificações pelas “manchas”, mesmo com níveis diferentes.

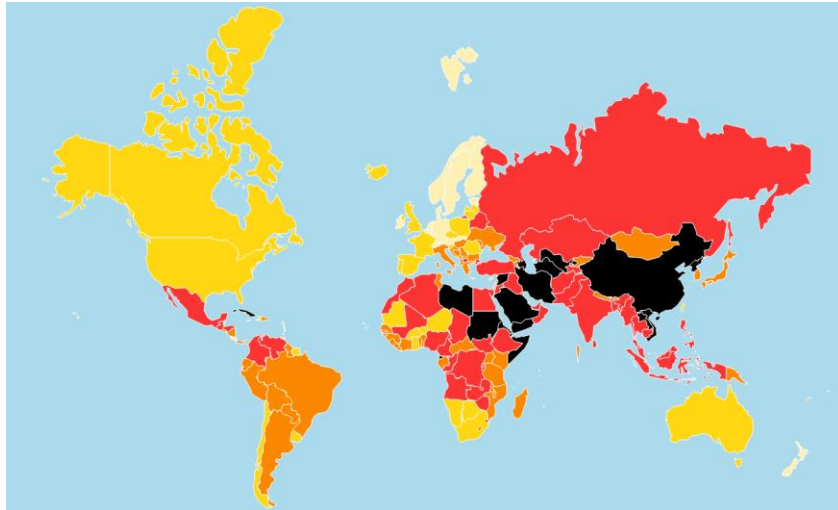
Figura 1 – Liberdade de Imprensa no mundo, segundo a *Freedom House*



Legenda: verde (livre), amarelo (parcialmente livre) e roxo (não livre).

Fonte: *Freedom Of The Press 2016*.

Figura 2 – Liberdade de Imprensa no mundo, segundo *Repórteres Sem Fronteiras*



Legenda: branco (bom), amarelo (satisfatório), laranja (problemático), vermelho (ruim) e preto (muito ruim). Fonte: *2016 World Press Freedom Index*

Uma análise mais detalhada da metodologia e dos resultados mostra algumas diferenças consideráveis entre os dois instrumentos. Peguemos o caso brasileiro. Para a FH, o Brasil está classificado como “parcialmente livre”, figurando na 90ª posição numa lista de 199 países e territórios. Já para o RSF, nosso país é “problemático” e aparece 14 posições abaixo, no 104º lugar. Porém, o RSF indexa apenas 180 países e territórios. Em outras palavras, numa listagem com “menos concorrentes”, o Brasil aparece pior colocado na classificação da ONG francesa. As principais diferenças metodológicas entre as duas instituições concentram-se não apenas no número de países/territórios analisados, mas na própria elaboração dos instrumentos de pesquisa. Vejamos a seguir.

2.1 Metodologia: *Freedom of The Press 2016* x *2016 World Press Freedom Index*

Como já exposto, o relatório *Freedom Of The Press 2016*, elaborado pela *Freedom House*, analisa a liberdade de imprensa em 199 países e territórios do mundo. O documento é produzido anualmente, desde 1980. Cada país/território é classificado por uma pontuação de 0 (melhor) a 100 (pior), com base em um questionário de 23 pergun-

tas, enviados a especialistas, professores universitários e autoridades. A pontuação total determina a designação entre “livre” (de zero a 30), “parcialmente livre” (de 31 a 60) e “não livre” (61 a 100). As pontuações do relatório 2016 correspondem a eventos ocorridos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2015. A organização utiliza os mesmos critérios para todos os países, independentemente do grau de desenvolvimento econômico ou diferenças étnicas, religiosas ou culturais.

All states, from the most democratic to the most authoritarian, are committed to this doctrine through the UN system; to deny it is to deny the universality of basic human rights. While cultural distinctions or economic underdevelopment may affect the character or volume of news flows within a country or territory, these and other differences are not acceptable explanations for infringements such as centralized control of the content of news and information. (FREEDOM HOUSE, 2016, pg.1).

Segundo o documento, os resultados são determinados através de um processo de análise e avaliação em várias etapas, envolvendo cerca de 90 analistas, que reúnem informações de pesquisas de campo, contatos com profissionais, relatórios de organizações locais e internacionais não governamentais (ONGs), relatórios de governos e organismos multilaterais, além de relatos da imprensa local e internacional. Os analistas de cada região promovem sete encontros anuais com equipes acadêmicas, para revisar as pontuações e as respostas obtidas, no sentido de garantir a comparabilidade e consistência nos resultados. Segundo o relatório, alguns aspectos da metodologia foram sendo modificados em razão do surgimento dos meios digitais, mas estas mudanças não afetariam a comparabilidade dos resultados ao longo dos anos.

As questões que embasam os resultados⁴ são divididas em três grandes categorias: o ambiente jurídico, o ambiente político, e o ambiente econômico de cada país. Na categoria jurídica, o questionário avalia os marcos regulatórios de mídia e como, na prática, eles são utilizados pelos governos e pelo judiciário para restringir ou permitir o livre fluxo de informações. São avaliados mecanismos como a Constituição, legislação de segurança, código penal, existência ou não de órgãos reguladores, entre outros. No quesito político, busca-se aferir o grau de influência política no conteúdo dos meios de

⁴ Apesar de falar em 23 questões, o relatório apresenta, na verdade, 156 perguntas. A pergunta enumerada como “1”, por exemplo, incluem outras sete questões, e assim, sucessivamente.

comunicação, examinar a independência editorial dos meios estatais e privados, o acesso à informação e às fontes, a existência de censura oficial e/ou autocensura. Também é avaliada a diversidade de notícias disponíveis dentro de cada país ou território, a possibilidade de jornalistas estrangeiros ou nativos cobrirem as notícias, além de elementos como detenções arbitrárias, agressões violentas, e outras formas de intimidação. No aspecto econômico, a *Freedom House* questiona o grau de concentração dos meios de comunicação, a estrutura de propriedade, os custos do estabelecimento de meios de comunicação social, bem como quaisquer impedimentos à produção e distribuição de notícias; o volume de recursos de publicidade Estatal, o impacto da corrupção e suborno para alteração do conteúdo, entre outros. A lista de pesquisadores/consultores utilizados para elaborar o estudo fica disponível no site da instituição. Importante registrar, apenas a título de exemplo, que dos 90 especialistas, apenas um é brasileiro, mas reside nos Estados Unidos.

No caso da *Repórteres sem Fronteiras*, o índice é elaborado a partir de um questionário de 87 perguntas, traduzidas em mais de 20 idiomas, abarcando a realidade de 180 países. Esta análise qualitativa é combinada com dados quantitativos sobre os abusos e atos de violência contra jornalistas durante o período avaliado, no caso, o ano 2015. Os critérios avaliados no questionário são mais amplos do que os propostos pela *Freedom House*. São eles a) pluralismo b) independência da mídia c) ambiente de mídia e autocensura d) quadro legislativo e) transparência e a qualidade da infraestrutura. Um sétimo indicador com base em dados recolhidos sobre os abusos e atos de violência contra jornalistas é levado em conta no cálculo. O questionário é destinado aos profissionais da mídia, advogados e sociólogos que são convidados para respondê-lo. As pontuações são calculadas com base nas respostas dos peritos selecionados pela RSF em conjunto com os dados sobre abusos e violência contra jornalistas. Uma equipe de especialistas da RSF mantém registros dos casos de violência, a partir de uma rede de correspondentes em 130 países. Este indicador quantitativo é então utilizado para ponderar a análise qualitativa da situação no país com base nas respostas aos questionários.

A pesquisa é realizada desde 2002, mas só em 2013 a RSF adotou a escala de zero a 100, de maneira similar à *Freedom House*, para permitir melhor comparabilidade entre os índices ano a ano. Diferentemente da FH, a RSF publica em sua página qual a

fórmula de cálculo do índice. O tempo em que jornalistas permanecem encarcerados injustamente também piora o índice de determinado país.

O mapa produzido ao final oferece uma visão geral da liberdade de imprensa no mundo a partir de cinco categorias: De 0 a 15 pontos: Boa (branco); a partir de 15.01 a 25 pontos: satisfatória (amarelo); a partir de 25.01 a 35 pontos: Problemática (laranja); a partir de 35.01 a 55 pontos: ruim (vermelho) e a partir de 55,01 a 100 pontos: Muito ruim (preto).

Se a princípio, os mapas das duas instituições parecem similares, a comparação entre os resultados revela diferenças significativas no que se consideram países com ou sem liberdade de imprensa. Para poder realizar a comparação, foi necessário equiparar as duas listagens. Há diferenças nos países avaliados (199 no *Freedom Of The Press*, 180 no *Index*⁵). Mantendo apenas os países/territórios que coincidem nos dois estudos, chegamos a 176 países⁶. A partir desta ressalva, consideramos, para efeitos comparativos, cruzar a *pontuação obtida* pelos países em cada estudo, ao invés da colocação (1º, 2º, 3º, etc.), já que a exclusão dos países “divergentes” mudaria a ordenação das listagens. Também realizamos o arredondamento das pontuações do *Index*, que apresentou os resultados com números fracionados. Mantivemos números inteiros para melhor comparação com os dados da *Freedom House*, arredondando frações até 0,5 para baixo, e acima disto, para cima.

Feitas as adequações, constatou-se que em 70 países/territórios (40%) a diferença na pontuação é maior do que 20 posições. Em outros 46 (27%), ela fica entre 20 e 10 posições de diferença, e em 54 casos (31%), menor do que 10 posições. As pontuações são idênticas em apenas dois casos (Noruega e Islândia), representando 1% da amostra. Ou seja, em 67% dos casos, há uma diferença considerável na pontuação atribuída aos países. Salta aos olhos como o documento da ONG estadunidense atribui pontuações

⁵ Os países-membros da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS, na sigla em inglês) são avaliados individualmente no relatório da *Freedom House*. Já no *Repórteres Sem Fronteiras*, é atribuída uma única nota aos nove países do bloco.

⁶ Os países que aparecem exclusivamente no FH são Antígua e Barbuda; Bahamas; Barbados; Crimeia; Dominica; Granada; Kiribati; Ilhas Marshall; Micronésia; Mônaco; Myanmar; Nauru; Palau; San Marino; São Tomé e Príncipe; Ilhas Salomão; Somalilândia; St. Kitts e Nevis; Santa Lúcia; São Vicente e Granadinas; Türkiye; Tuvalu; Vanuatu; Cisjordânia e Faixa de Gaza. México e Ucrânia aparecem na listagem duas vezes, considerando territórios específicos destes dois países. No caso do RSF, três países/territórios aparecem com exclusividade. São eles Burma, Chipre do Norte e Palestina.

mais severas ao conjunto das nações. O planeta seria “parcialmente livre” com média final 51 pelos critérios da *Freedom House*. O número chama a atenção, pois está próximo de cruzar a linha do “60”, onde se passaria para “não livre”. Ao mesmo tempo, pelos critérios do *Repórteres Sem Fronteiras*, o mundo seria considerado “problemático”, com nota mais amena: 35. Se para a FH estamos a nove pontos, na média, da pior situação possível (não livre), no *Index* a distância é de 20 pontos. A observação dos cinco piores países para a liberdade de imprensa ilustra bem essa diferença. Para os estadunidenses, figuram Cuba (91), Eritreia (94), Uzbequistão (95), Turquemenistão (96) e Coreia do Norte (97). Já para os franceses, China (81), Síria (81), Turquemenistão (83), Coreia do Norte (84) e Eritreia (84). A diferença de pontuação entre os últimos colocados das duas listas é de 13 pontos⁷.

3. Outras possibilidades

As perspectivas metodológicas das duas organizações parecem influir consideravelmente nos resultados apresentados. Resumimos estas perspectivas no quadro abaixo.

Tabela 1 - Critérios usados para elaboração dos questionários

Freedom House	Repórteres sem Fronteiras
Ambiente Jurídico	Pluralismo
Ambiente Político	Independência da mídia
Ambiente Econômico	Ambiente de mídia e autocensura
-	Quadro Legislativo
-	Transparência e qualidade da infraestrutura
-	Abusos (violência contra jornalistas)

Fonte: elaborada pelo autor

Outras perspectivas teóricas podem nos ajudar a qualificar, alterar ou adaptar estes critérios em relação a questão da independência editorial. Um dos principais colaboradores nacionais sobre a questão da independência editorial, ética e liberdade de im-

⁷ Os dados completos do comparativo elaborado pelo autor podem ser visualizados no link <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1e8jo6M1HgwLBo2QTuxOH-KxyrSgldUuufofYoyFjyb8/edit?usp=sharing>

prensa, Bucci (2009) acredita que o problema da liberdade de imprensa é tão antigo quanto a própria democracia (2009, pg. 11). Ao tratar do assunto, o autor cita “condições externas e condições internas” para a realização da independência. As condições externas seriam as pressões políticas e econômicas, extrínsecas ao jornalista. As condições internas seriam aquelas que dizem respeito à individualidade profissional: sua formação, pressupostos éticos, relação com as fontes, honestidade, etc. Para os fins que nos propomos neste trabalho, parece ainda uma formulação insuficiente.

PSYCHOGIOPOULOU (2014), oriunda dos estudos do direito, oferece outro esquema interpretativo para a questão. Ela reconhece a complexidade do assunto, e busca uma abordagem a partir de parâmetros legais em termos de União Europeia. Sua obra reúne diversos pesquisadores para abordar o problema em perspectivas diferentes, tanto culturais-nacionais como de abordagem. Por se tratar de um livro sobre os sistemas midiáticos da Europa, a questão da independência em relação ao Estado aparece com muita frequência, talvez por conta dos tradicionais sistemas públicos de radiodifusão no continente. A partir dessas observações, a autora não tratará de organizações jornalísticas mais ou menos independentes, mas sim, das *condições sob as quais* a independência pode se desenvolver. A primeira delas seria o processo de produção das políticas regulatórias da comunicação e a interação entre os diferentes agentes políticos, seus interesses e os próprios instrumentos regulatórios em si. Um segundo elemento é a relação com o judiciário e como este aplica a legislação, podendo tanto assegurar o livre exercício do jornalismo como cerceá-lo. Terceiro, as pressões econômicas, seja de anunciantes, seja dos proprietários dos veículos e seus investimentos financeiros em outros ramos da economia e até mesmo do Estado. Por fim, as ameaças e dilemas sofridos pelos profissionais de jornalismo seriam a quarta dimensão sob a qual a independência editorial poderia ser afetada. Ameaças físicas ou até mesmo precárias condições de trabalho, salários e escassez de emprego constituiriam vetores nocivos à independência (PSYCHOGIOPOULOU, 2014, pgs. 1-6).

Outra perspectiva é trazida por BENNET (2015), que defende o conceito de “mídia independente” como um ideal utópico, que se articula em quatro campos distintos: o sócio-político, o industrial, o formal e o discursivo. Para o autor, é o papel discursivo o mais crucial para a formação dos cenários midiáticos, pois é do convencimento

pelo discurso que os agentes sociais envolvidos se mobilizariam para realizar o jornalismo. Mas não apenas isso. Seria por essa motivação ou vontade que os legisladores produziram os mecanismos regulatórios, que as empresas fariam seu marketing, mesmo sem alcançar jamais a utopia. É a promessa de independência que estrutura nossa experiência com a mídia. (BENNET, 2015, pg. 2). A ideia de independente enquanto indústria se refere a um nicho de mercado. Assim como existem o “cinema independente”, “discos independentes”, etc, a mídia independente seria um mercado mais reduzido, direcionado para quem tem o espírito mais crítico e não se identifica com as opções da mídia *mainstream*. Esta concepção se relaciona com as liberdades dos trabalhadores da cultura, onde a segurança do emprego formal e papéis pré-determinados são substituídos pela autonomia, poder maior de escolha, e, em certos casos, a ausência de empregadores-empregados. Nestes termos, trabalhar com liberdade se confunde com trabalhar de graça. No sentido sócio-político, *mídia independente* é vista como fiscalizadora mais agressiva dos governantes, em geral, ligada a movimentos de esquerda, de contestação ao sistema capitalista, ou ainda, a questões identitárias (feminismo, LGBTs, etc). No sentido formal, a mídia independente age como mobilizadora de uma estética particular, geralmente de caráter elitizado, onde a ênfase da produção está na autenticidade ou no alto padrão de qualidade sob o qual é produzido. Possui relação com o capital cultural gerado, lidando com as questões estéticas, de inovação, radicalidade, entre outros. Por fim, no sentido retórico ou discursivo, é entendido como o elemento mobilizador dos agentes envolvidos na produção do jornalismo (repórteres, audiências, órgãos reguladores, empresas, entre outros). Este elemento carrega uma dimensão ético-moral (BENNET, 2015, pg. 2-4).

Estas diferentes perspectivas nos ajudam a pensar em categorias analíticas para o problema da independência e da liberdade de imprensa. Mesmo usando terminologias diferentes, com objetivos diferentes, as duas ONGs apresentam pressupostos analíticos que se confundem ou são próximos destes autores que estão pensando as condições para a independência editorial. São notórias as similaridades de perspectivas entre Bucci (2009), Psychologiopou (2014) e os critérios utilizados na metodologia do *Freedom Of The Press*. Por outro lado, o *Index* trabalha com classificações mais específicas, incluindo perguntas sobre, por exemplo, liberdade sindical para jornalistas nos países investi-

gados. Pensar questões como pluralidade e a própria violência contra os jornalistas como categorias centrais para medir a liberdade parece relevante, afinal, pode-se ter o melhor marco regulatório, mídias desconcentradas e não oligopolizadas, juízes progressistas, mas se as forças repressivas, o narcotráfico, os políticos e outros segmentos praticarem massivamente a violência física, a perseguição e até a morte de jornalistas, tampouco teremos garantido um ambiente de independência. Psychologiopou também traz esse elemento sobre a “segurança” dos jornalistas como algo central, porém, adiciona preocupações como salários dos jornalistas, empregabilidade, nível de precarização do trabalho, entre outros, como elementos a serem observados. Vejamos estas categorias em resumo na tabela abaixo.

Tabela 2 – Categorias analíticas sobre liberdade de imprensa/independência

Freedom House	Repórteres sem Fronteiras	BUCCI (2009)	PSYCHOLOGIOPOU (2014)	BENNET (2015)
Ambiente Jurídico	Pluralismo	Condições Externas	Ambiente Político	Sócio-político
Ambiente Político	Independência da mídia	Condições Internas	Atuação do Judiciário	Formal
Ambiente Econômico	Ambiente de mídia e autocensura	-	Pressões Econômicas	Discursivo
-	Quadro Legislativo	-	Condições de Trabalho	Industrial
-	Transparência /infraestrutura	-	-	-
-	Abusos (violência)	-	-	-

Fonte: elaborada pelo autor

4. Considerações Finais

Este artigo buscou confrontar dois instrumentos utilizados para medir a liberdade de imprensa no mundo como um exercício de avaliação das suas metodologias, assim como, para verificar se seus resultados diferiam de maneira residual ou radical. Percebemos que, por mais que haja certa coincidência entre os países considerados com ou sem liberdade, as metodologias da *Freedom House* e *Repórteres Sem Fronteiras* trazem resultados numericamente muito distintos em mais de dois terços dos casos. As escolhas das duas organizações também revelam nas entrelinhas algumas concepções de mundo.

Por exemplo, só a ONG francesa analisa a liberdade de imprensa na Palestina, enquanto a *Freedom House* avalia em Israel e Faixa de Gaza. Por outro lado, enquanto os estadunidenses classificam os países do Caribe um a um, os franceses agrupam nove pequenos territórios e lhes atribuem uma nota única.

Num trabalho de mais fôlego, poderemos avaliar outros pressupostos não presentes nos relatórios anuais das duas instituições, como qual o embasamento teórico para construir os instrumentos de análise; como são selecionados os especialistas que respondem a estas pesquisas, e até mesmo, descobrir a partir de entrevistas quais são as diferentes perspectivas entre estadunidenses e franceses na construção dessa avaliação e como ambos avaliam o trabalho um do outro. A partir desta análise, que pode e deve ser aprofundada, buscamos trazer ao debate algumas categorias teóricas sob as quais devemos pensar a questão da liberdade de imprensa e da independência editorial. Se de início, parecia ser possível separar as duas coisas, fica perceptível a partir de a bibliografia proposta desvincular os conceitos e pensá-los de forma separada. Os elementos que determinam as condições de liberdade de imprensa, são, também, os mesmos para o problema da independência editorial. Diferente de Bucci (2009), que a partir de uma perspectiva mais liberal, centra sua análise sobre o jornalista enquanto indivíduo, suas relações com as fontes, seus pressupostos éticos, entre outros, em nossa perspectiva, interessam as questões “sociológicas” que incidem sobre as organizações e instituições promotoras do jornalismo.

A obra de Bennet (2015), comparada às demais, surge como mais “transgressora”, no sentido de pensar a independência com um discurso utópico capaz de mobilizar os sujeitos para a realização do jornalismo, moldando nossa experiência com a mídia. Nestes termos, faria sentido tentar mensurar um discurso? Ao mesmo tempo, suas observações sobre “ser independente” significar muitas vezes “trabalhar de graça” mereceriam um artigo a parte, a partir do cruzamento com as iniciativas jornalísticas em determinado território.

Justamente neste momento em que tanto nos perguntamos como financiar a atividade jornalística, surgem tantas iniciativas (até mesmo inviáveis economicamente) colocando em xeque os veículos tradicionais, furando-os e até mesmo pautando os meios de comunicação *mainstream*. A discussão sobre o financiamento da atividade tam-

bém nos parece ser central na elaboração de conceitos de independência e liberdade. Por fim, os questionamentos de Bucci ainda são válidos. Se de fato a liberdade de expressão se materializa no *grau de independência* das organizações jornalísticas e de seus jornalistas, aprofundar esta discussão sobre como auferir estes elementos pode auxiliar o campo jornalístico a desenhar, no futuro, uma teoria mais consistente sobre a independência editorial e a liberdade de imprensa.

Referências

BENNET, James. The Utopia of Independent Media: Independence, Working with freedom or working for free? In: BENNET, James. Strange, Nikki. **Media Independence. Working with freedom or working for free?**. Routledge. Londres, 2015.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 (Col. Interface)

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever de liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs**. São Paulo, Contexto, 2009.

_____. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.) **A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1996.

FREEDOM HOUSE. **Freedom Of The Press 2016: The Battle for the dominant message**. Washington, 2016. Disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH_FTOP_2016Report_Final_04232016.pdf. Acessado em 20 de abril de 2016.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HERVIEU, Benoit. **O país dos trinta Berlusconis**. Paris, 2013, Repórteres Sem Fronteiras. Disponível em <https://rsf.org/es/noticias/o-pais-dos-trinta-berlusconis-os-desequilibrios-mediaticos-do-gigante-sul-americano>, acessado em 28 de junho de 2016.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Ciência e Jornalismo: apontamentos sobre as ideias de Boaventura de Souza Santos para compreensão do jornalismo**. Revista Ação Midiática, Curitiba, UFPR, 2014.

LOCATELLI, Carlos. **Livre e sob controle: o desafio de regular a mídia no Brasil**. Dissertação de Mestrado. UFSC, 2001.

PICARD, Robert G. **Twilight or new Dawn of journalism? Evidence from the changing news ecosystem**. Routledge, Chicago, 2014.

PSYCHOGIOPOULOU, Evangelia. **Media policies revisited**. The Palgrave Macmillan, Londres, 2014.

_____. Media Freedom and Independence in Contemporary Democratic Societies. In: **Media policies revisited**. The Palgrave Macmillan, Londres, 2014.

REPORTERS WITHOUT BORDERS. **2016 World Press Freedom Index**. Disponível em <https://rsf.org/en/ranking>, acessado em 20 de abril de 2016.